

## DISPUTAS ENTRE MEDICINAS: PRÁTICA E ENSINO MÉDICO E AS ARTES DE CURAR NO BRASIL E NAS AMAZÔNIAS NO SÉCULO XIX

## DISPUTAS ENTRE MEDICINAS: LA PRÁCTICA Y INSTRUCCIÓN MÉDICA Y LAS ARTES DE CURAR EN BRASIL Y EN LAS AMAZONIAS DEL SIGLO XIX

*Ana Paula Oliveira do Nascimento<sup>1</sup>*

### RESUMO

Neste trabalho, busco tratar sobre a constituição da classe médica no decorrer do século XIX no Brasil e nas Amazônias e seus confrontos contra os praticantes das artes de curar na assistência e no tratamento das enfermidades por estes segmentos a população. Também pretendo fazer diálogo com as transformações de concepção institucional sofridas pela classe médica na prática do ofício de cura e seus embates às artes de curar, e também o uso da imprensa como agente representativo e repressor dos terapeutas populares e suas práticas e seu caráter ambíguo a estes segmentos sociais juntamente com os governos locais. Como base na discussão desta temática, utilizam-se os artigos de Aldrin Moura Figueiredo, Luiz Otávio Ferreira, Gabriela dos Reis Sampaio para fundamentação da abordagem aqui desenvolvida. Busco, neste trabalho, compreender e dialogar como esses modos e práticas de cura, presentes nas populações das Amazônias e nas demais regiões do país, resistiram aos processos de restrição, proibições por governos autoritários e órgãos reguladores, e como as artes de curar continuam a desempenhar seu papel principal – curar doenças e resistir aos processos de modernização e autoritarismo por parte do poder público e da ciência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Artes de curar; Saúde; Amazônias; Ciência.

### RESUMEN

En este trabajo, busco abordar la constitución de la clase médica durante el siglo XIX en Brasil y en la Amazonía y sus enfrentamientos contra los practicantes de las artes de sanar en la asistencia y tratamiento de enfermedades por estos segmentos de la población. También pretendo dialogar con las transformaciones de la concepción institucional que sufre la profesión médica en el ejercicio de la profesión curativa y sus choques con las artes de sanar, y también el uso de la prensa como agente representativo y represivo de los terapeutas populares y sus prácticas y su carácter ambiguo, estos segmentos sociales junto con los gobiernos locales. Como base para la discusión de este tema, utilizaré los artículos de Aldrin Moura Figueiredo, Luiz Otávio Ferreira, Gabriela dos Reis Sampaio para fundamentar el enfoque en desarrollo. En este trabajo, busco comprender y discutir cómo estos modos y prácticas de curar presentes en las poblaciones de la

---

<sup>1</sup> Bacharelada em História pela Universidade Federal do Acre - UFAC, 5º Período.

E-mail: [anapaula18.acre@gmail.com](mailto:anapaula18.acre@gmail.com).

Amazonía y en otras regiones del país, resistieron los procesos de restricción, prohibiciones de gobiernos autoritarios y organismos reguladores, las artes de sanar sigue desempeñando su papel principal: curar enfermedades y resistir los procesos de modernización y autoritarismo por parte de las autoridades públicas y la ciencia.

**PALABRAS-CLAVE:** Arte de sanar; Salud; Amazônias; Ciencia.

## 1. INTRODUÇÃO

A perspectiva da temática aqui discutida expõe algumas abordagens sobre os problemas na oferta e na assistência de saúde pública nas Amazônias e no Brasil no decorrer do século XIX, e estabelece possíveis diálogos com as transformações do pensamento científico do período aqui proposto.

Também vai abordar as relações entre as instituições médicas, a imprensa e o poder público no controle das práticas de cura, sejam elas do campo institucional ou popular. Além disso, neste artigo, pretendo discutir o papel da imprensa na construção representativa imagética dos terapeutas populares e, principalmente, da mulher negra como praticante do ofício de cura, tema pouco explorado pela historiografia da saúde, pelo fato de a grande maioria dos praticantes do ofício de cura ser homens<sup>2</sup>, o que acarretou certos desafios para as mulheres praticantes das artes de curar, principalmente as mulheres negras, ao lidar com descrédito e mistificação de seu ofício terapêutico, além das barreiras sociais impostas pela sociedade do período aqui analisado, como gênero e racismo.

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem oferecido uma significativa quantidade de fontes e pesquisa sobre a história da saúde e das doenças, que alargou consideravelmente a pesquisa e a escrita sobre esta temática na história e nas ciências humanas como todo. Dialogando com Luiz Otávio Ferreira (2003), as narrativas historiográficas sobre a história da saúde e da ciência estão longes de serem lineares, e neste caso não diferem do que eu e outros pesquisadores mencionados neste texto apresentamos.

Convém dizer que busco, neste trabalho, apresentar e destacar esta presença destes segmentos dentro da história social da saúde e das doenças no decorrer do século XIX, que de algum modo em seu tempo como sujeito social participaram cada um ao seu modo, contribuindo para construção de uma narrativa social e histórica, em que o historiador deve estar atento a estes

---

<sup>2</sup> PIMENTA, 1998, *apud* DANTAS, 2013, p. 1-2.

aspectos, na ampliação das perspectivas, abordagens e discussões sobre o objeto de pesquisa (LUCA; PINSKY, 2006, p. 132).

Utilizando desses pressupostos, fica aqui evidenciada a importância do diálogo destas fontes, em que iremos mergulhar em uma sociedade altamente influenciada pelos modelos europeus, através dos costumes, hábitos e seus modos de se curarem, mas, como em toda regra há exceção, iremos nos deparar com uma população vítima do constante descaso público na saúde, e, em decorrência da falta ou da pouca assistência médica prestada, os segmentos sociais buscaram alternativas de se tratarem e curar suas moléstias, seja através por meios legítimos ou não para o período.

## 2. SABER MÉDICO ACADÊMICO E POPULAR NO BRASIL E NAS AMAZÔNIAS

*“O ensino médico, tal como o conhecemos, é uma invenção do século XIX” (FERREIRA, 2003, p. 59).*

O ensino médico no Brasil desde a sua “gênese” institucional, no período colonial até a sua formação como corpo institucionalizado no decorrer do século XIX, está interligado com as influências do pensamento médico-científico europeu e parte da América Central e Latina, transformando as relações com prática da cura, diagnóstico, pesquisa e ensino da medicina. Mas, diferente do contexto europeu e da América Central como, por exemplo, nos Estados Unidos, o estabelecimento da medicina no Brasil apresenta uma influência significativa da medicina de cunho popular, mas a influência desta medicina não impediu o estabelecimento e a hegemonia da medicina acadêmica, que, segundo Ferreira, “no caso brasileiro a hegemonia da medicina científica teria sido alcançada na ausência de conflito social mais sério” (FERREIRA, 2003, p. 101).

Diferente do campo institucional científico, as artes de curar populares no Brasil estão presentes entre as populações muito antes do período colonial através da atuação de “[...] Curandeiros, feiticeiros, raizeiros, vendedores, padres, barbeiros, sangradores, boticários e cirurgiões” (FERREIRA, 2014, p. 102). Com a colonização do Brasil pelos portugueses, as artes de curar passaram a ser descritas para melhor enfretamento das moléstias que os acometiam<sup>3</sup>. Tanto que o uso de plantas medicinais e outras terapêuticas eram uns dos meios mais recorridos

---

<sup>3</sup> COELHO, 2011, p. 1.

no período colonial para tratamento e cura das doenças, a partir da convivência e da combinação dos saberes indígenas, africanos e europeus (FERREIRA, 2003).

De acordo com o autor citado anteriormente, a medicina culta e popular no período colonial "[...] assemelhava-se [...] a medida em que expunha uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundados numa visão de mundo em que coexistiam o natural e sobrenatural, a experiência e a crença" (FERREIRA, 2003, p. 102). Com a tardia institucionalização do ensino e da prática médica acadêmica, a classe médica buscou estabelecer meios de diferenciação da medicina acadêmica e medicina popular.

Ferreira (2001) destaca que a organização institucional, os modelos de ensino e o modelo de prática médica na Europa transformaram o modo de observar, estudar e obter informações sobre os fenômenos patológicos.

Dessa forma, abandonaram-se conceitos naturalistas e passaram a praticar a anamnese, estudo de anatomia humana, semiologia clínica, rompendo com qualquer explicação não reconhecida pela ciência (FERREIRA, 2001), influenciando grande parte da classe acadêmica brasileira no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX, em tese, na busca de diferenciar-se das práticas não reconhecidas pela ciência, indo de acordo com que Figueiredo (2001) expõe em seu artigo *Anfiteatro da cura: Pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX*, segundo o qual as práticas de cura não provenientes do universo acadêmico nunca poderiam ser consideradas como uma "ciência da saúde", em decorrência de não apresentar leis e tratados que a comprovassem como ciência. Havia, ainda, o agravante de elas estarem embasadas em ideias supersticiosas e supernaturais (FIGUEREIDO, 2001).

Apesar das mudanças de concepção de ensino, a prática da medicina no Brasil, com adoção de um currículo europeu por parte das faculdades de medicina, a implementação do laboratório como lugar de afirmação e o desenvolvimento prático do saber médico dentro dos centros acadêmicos e hospitalares, juntamente com embasamento dos estudos de anatomia, microbiologia e demais áreas de estudo do corpo e das doenças, estão interligados a uma perspectiva de legitimidade e poder pela ciência, em delimitar a um grupo os saberes construídos por este segmento, e qualquer conhecimento fora da estrutura cimentada representaria um risco à base estabelecida. Mas, como podemos observar, mesmo com este processo estrutural da ciência médica no país, as ligações entre a medicina acadêmica e as terapêuticas dos pajés, feiticeiros, curandeiros e outros praticantes das artes de curar são muito mais complexas do que se imaginavam até então.

Um exemplo claro dessas ligações entre estes grupos foi descrito por Figueiredo (2001), ao exprimir as relações entre médicos e pajés na cidade de Belém do Pará no final do século XIX e início do século XX. Mesmo que os médicos estivessem munidos de tratados, manuais clínicos e discursos científicos na prática clínica em seus consultórios, na ausência ou falha de seus métodos, eles se valiam das mesmas terapêuticas e receituários que pajés, curandeiros e demais integrantes do ofício de cura popular receitava em suas sessões de cura<sup>4</sup>. Reforçando que Canguillen (1977- 53) expressa que a medicina durante todo o século XVIII e XIX não passou “[...] além de um discurso vazio que incidia as práticas (terapêuticas e profiláticas) que muito se assemelhavam à magia” (apud FERREIRA *et al*, 2001, p. 62).

Como podemos observar até momento, as relações entre a medicina acadêmica e as artes de curar durante todo o Período Colonial, e no decorrer do Primeiro e Segundo Império continuaram a exercer suas práticas, mas podemos observar que, de algum modo, a medicina acadêmica e popular viveram uma espécie de paradoxo ou equilíbri<sup>5</sup> nos meios sociais em que seus integrantes se inseriam, já que grande parte da população mais pobre se utilizava das terapêuticas fomentadas por curandeiros, pajés, feiticeiros, etc., tornando mais complicada a desvinculação das práticas populares de cura pela classe médica.

É certo que manter uma distinção da figura médica dos terapeutas populares foi uma estratégia para a classe médica manter-se no seu lugar de prestígio social, garantido assim, de certo modo, o monopólio de controle sobre as camadas sociais. De acordo com Sampaio (2001), os médicos tentavam de todas as formas garantir a superioridade da medicina científica, pois:

Não era apenas por meio do desenvolvimento daquela ciência que essa luta era travada. Era preciso eliminar as práticas diferentes, os concorrentes perigosos e ameaçadores que não poderiam permanecer como obstáculo ao sonhado progresso que se buscava para o país, nos moldes de nações europeias (SAMPAIO, 2001, p. 84).

É digno de nota que, mesmo com os esforços por parte da classe médica para se diferenciar das artes de curar, as práticas oficiais não alcançaram toda a população, especialmente a mais pobre, que sofria com a precariedade dos serviços de saúde. Ressaltamos, ainda, que as cidades estavam assoladas pelas crises endêmicas e epidêmicas das mais variadas doenças durante o Primeiro e Segundo Império<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> FIGUEIREDO, 2001, p. 274-275.

<sup>5</sup> Termo utilizado por Aldrin Moura Figueiredo (2011), ao descrever a relação entre médicos e pajés em Belém (PA) no final do século XIX e início do século XX no campo de disputa na atividade de cura à população paraense.

<sup>6</sup> SAMPAIO, 2001.

Assim como as demais regiões do Brasil, a região Amazônica não escapou de dissensos e consensos das concepções de ensino e da prática médica e suas rivalidades em relação às artes de curar e seus integrantes. Este cenário de disputas entre a medicina oficial e as terapêuticas populares foi descrito por cronistas como Raymundo Moraes<sup>7</sup> como uma batalha entre “[...] o médico com seu bisturi derrubando o pajé (**um dos integrantes da classe de terapeutas populares**) com seu maracá”<sup>8</sup> (grifo meu), enquanto a figura do médico derrota seu opositor, trazendo consigo o progresso, neste caso a ciência, para ocupar o espaço da magia e barbárie que supostamente assolavam a região amazônica.

Tais perspectivas não estariam muito distantes do cenário nacional, afinal de contas, o combate às artes de curar estariam muito além de manter o status da classe médica na região amazônica ou em demais regiões do país.

Apesar da inexpressiva atuação por parte dos governos locais, estes preocupados em manter o parâmetro de civilidade com ações repressivas e grande parte ambígua e autoritária no enfrentamento às práticas de cura populares e seus provedores, a classe médica se valeu de todos os recursos ao seu favor para reprimir seus concorrentes e suas práticas mandingueiras<sup>9</sup> a população pobre e ignorante<sup>10</sup>.

Recorrendo a Lima & Hochman (2000), para a classe médica e para os governos, a ciência representaria: “[...] uma alternativa face a essa profusão de incômodas formas de vida; uma defesa artificial diante da falha da defesa natural de homens enfraquecidos pelo processo civilizatório” (p. 318). Em outras palavras, além de ‘civilizar’ o homem, este estaria sendo forjado para progresso como sujeito social, como também do meio em que se insere na sociedade, neste caso, as artes de curar estariam sendo o contrário, o retrocesso do homem como civilização, como sujeito e também como homem. Enquanto isso, o médico, principal representante da ciência entre as camadas subalternas, além de promover o progresso, a civilidade, com sua terapêutica baseada na ciência, este sujeito social, de algum modo, foi promovido pelas elites como o “Herói da cura”, o sujeito “a favor do bem público”, o

<sup>7</sup> Cronista paraense discutido por Aldrin Moura Figueiredo (2011).

<sup>8</sup> FIGUEIREDO, 2011, p. 274.

<sup>9</sup> Uns dos inúmeros termos atribuídos às terapêuticas populares, na tentativa de desmoralização e descrédito destas atividades de cura pela classe médica à população.

<sup>10</sup> A atribuição de ignorância, atraso e barbárie aos segmentos sociais, seja ela a população ou os praticantes das artes de curar e aos seus fazeres, eram uns dos meios utilizados pela classe médica e pelo poder público neste embate contra estes segmentos, na tentativa de descrédito e se possível, a diminuição da procura da população local a estes grupos e aumentar o prestígio, procura da mesma as terapêuticas validadas pela ciência, promovendo o que no período em questão seria o ‘progresso do homem através da ciência’ (Ver Lima & Hochman, 2000), ideia de grande efervescência entre intelectuais durante o século XIX e intensificado no início do século XX.

“benemérito da cidadania”<sup>11</sup>, na tentativa de validar seu discurso e assumir o controle de uma sociedade com *déficit* de políticas públicas, como saúde. Tudo isso para se encaixar nos padrões de modernidade, não favorecendo de nenhum modo a população mais pobre, excluída desta modernidade, teve que se reinventar para sobreviver às narrativas higienistas, que defendia a saúde para promoção da civilização, a ordem, o progresso, e excluiu o restante da população, reforçando o que ressalta Figueiredo (2011), que o progresso das ideias de modernidade ficaram restritas a poucos grupos sociais<sup>12</sup>.

### 3. IMPRENSA, CÓDIGO PENAL, MISTIFICAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO DAS ARTES DE CURAR NO BRASIL E NAS AMAZÔNIAS

No decorrer do século XIX e no início do século XX, a imprensa desempenhou um papel significativo na divulgação de ideias advindas das classes hegemônicas no controle da conduta social e das normas relacionadas ao campo da higiene<sup>13</sup>. Segundo Sampaio (2001), a imprensa desempenhou um papel significativo na divulgação dos discursos higienistas propagados na Europa pela classe médica brasileira a população carioca, e uns dos principais difusores de ideias contra os “charlatões<sup>14</sup>” e demais praticantes de medicina popular, como instrumento utilizado pela elite médica e política carioca, induzir a população a deixar de procurar os tais “embustes” (SAMPAIO, 2001, p. 59). Contexto nem um pouco contrário às demais regiões do país, nas Amazônias, principalmente nas grandes cidades como Belém, Manaus e também o Acre Territorial no decorrer do século XIX e início do século XX também foram bombardeados por estas concepções.

Com o aumento das doenças como paludismo, varíola, lepra, entre outras, na região amazônica, as doenças se tornaram o principal motivo de preocupação das autoridades políticas e higienistas na execução de ações no enfrentamento das doenças. De acordo com o periódico *O Município* (AC), expedido no dia 22 de outubro de 1911, discutido por Sérgio Souza (2014), além dos surtos de doenças sofridos pela população acriana na região, as autoridades locais tinham que

---

<sup>11</sup> FIGUEIREDO, 2011, p. 287.

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, 2011, p. 275.

<sup>13</sup> “[...] Os jornais, além de constituírem-se em meios de comunicação capazes de informar eventos, promover, divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. [...] os discursos neles vinculados, atendem também à função de contribuir para tornar hegemônico os valores de grupos sociais dominantes.” (SILVA, 2014, p. 27-28).

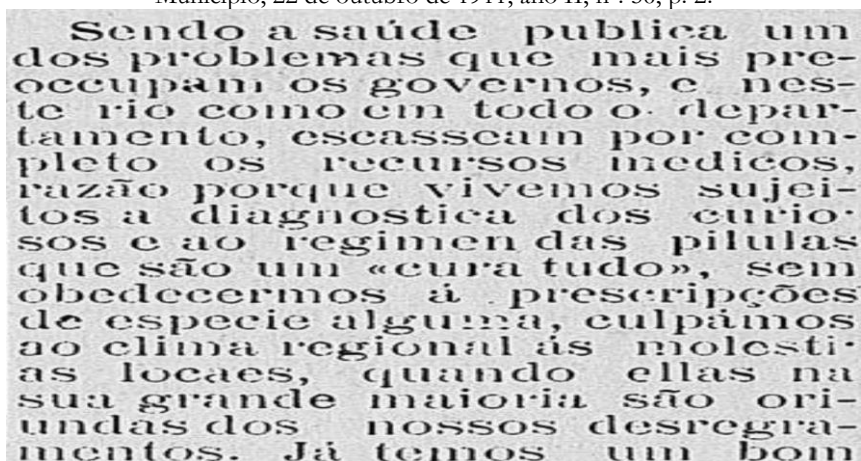
<sup>14</sup> Termo utilizado para designar os praticantes das artes de curar, como também médicos sem licença para atuar no ofício médico legalmente.

enfrentar outra demanda: a quantidade insuficiente de profissionais médicos habilitados a dar assistência médica. De acordo com o citado jornal:

[...] a quantidade de profissionais e materiais necessários para atender a população não era suficiente, decorrente as dificuldades de acesso e recusa dos próprios médicos de atuarem na região, pelas condições deficitárias na estrutura de trabalho, atrasos salariais constantes, acabou não proporcionando a estes profissionais o amparo necessário para atuar na região<sup>15</sup>.

Apesar dos percalços que a saúde pública no Brasil, e na grande maioria das regiões urbanas, enfrentava com as pouquíssimas mudanças das autoridades higienistas e políticas, e a limitada capacidade do poder público na promoção de ações na possível melhora do modelo assistencial de saúde, foram fatores determinantes para a busca de outras formas de cura. Recorrendo novamente ao periódico *O Município*, o mesmo jornal citado na matéria anterior, observa-se que, ao ressaltar a situação da saúde pública no Departamento do Juruá, e a falta de profissionais para o atendimento da população, o que acordo o mesmo jornal, deixava a população à mercê “dos diagnósticos de curiosos e dos regimes das pílulas que tudo curavam”, reforçando a ideia de que os segmentos sociais buscaram formas de cura e tratamentos de suas doenças, que as autoridades públicas já demonstrava preocupação contra estes sujeitos que realizava ofício de cura popular e os segmentos sociais na procura destes ‘médicos populares’<sup>16</sup>.

**Figura 1** – Trecho do periódico *O Município* sobre a situação de saúde pública no Departamento do Juruá. *O Município*, 22 de outubro de 1911, ano II, nº. 56, p. 2.



Sendo a saúde publica um dos problemas que mais preoccupam os governos, e neste rio como em todo o departamento, escasseiam por completo os recursos medicos, razão porque vivemos sujeitos a diagnostica dos curiosos e ao regimen das pilulas que são um «cura tudo», sem obedecermos à prescripções de especie alguma, culpâmos ao clima regional ás molestias locais, quando ellas na sua grande maioria são oriundas dos nossos desregramentos. Já temos um bom

A normatização da prática e ensino médico europeu estabeleceram normas de ensino e prática da medicina, legitimado a atuação do médico e criminalizando as artes de curar. A atuação

<sup>15</sup> *Apud* SOUZA, 2014, p.200.

<sup>16</sup> *Apud* SOUZA, 2014, p.200.



dos governos como figura legitimadora, valendo-se de seu caráter autoritarista, utiliza-se das ações repressivas e controladoras apoiadas pelos discursos sanitários e modernizadores. Além disso, passou a intervir nos modos que a população se relacionava com as práticas de cura, tal concepção fomentada pelos grupos hegemônicos está de acordo com as ideias de controle das classes populares, como garantia da ordem e da modernidade. Observa-se que, além da classe médica, o Estado brasileiro durante todo o século XIX e XX, foi “[...] responsável pelas intervenções na área da saúde que culminaram em mudanças no modo de vida das classes não hegemônicas.” (SILVA, 2014, p. 37).

A constituição de uma legislação sanitária como instrumento de autocontrole de atividades de cura contrárias às normas dos grupos científicos, e também como regulamentadora da conduta médica, na busca de manter sua legitimidade, *status* e hegemonia na prática de cura como corpo representativo da ciência, foi um dos meios mais utilizados pelo poder público e pela classe médica, na manutenção de seu *status quo* social e econômico. Com a criação do Decreto de 11 de outubro de 1890, que torna crime as artes de cura, está atribuída no processo de negação, disputas por mesmo espaço social por estes grupos sociais. No citado decreto, observam-se estas atribuições em relação a tornar determinado ato em crime, e por ser algo ‘danoso’ à sociedade, de algum modo, deve ser atribuída uma punição para o ato inflacionário, e estas perspectivas se mostram presentes nos arts. 156 e 157 do Código Penal de 1890:

[...] CAPITULO III: DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PÚBLICA.

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em eral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000.

(BRASIL, Código Penal dos Estados Unidos, Cap.III – Crimes contra Saúde Pública, Art. 156-157).

A construção de um código criminal vem da perspectiva do poder que, ao criminalizar as práticas de cura e seus adeptos, vem da tentativa de diminuir suas ações, como forma clara de opressão e controle destes indivíduos.

Apesar de o Código Penal ser taxativo ao exercício de práticas de cura, isso não significou que os praticantes das artes de cura deixaram de realizar suas atividades; muito pelo contrário:

mesmo com as restrições e interversões por parte das autoridades políticas e higienistas, esses sujeitos continuaram a realizar atendimento à população, fator que contribuiu para a continuidade e resistência das práticas de cura de cunho popular<sup>17</sup>.

É bastante interessante que, mesmo com as restrições impostas pelos órgãos higienistas e criminais, isso não significou que estes sujeitos deixassem de praticar suas sessões de cura. Neste sentido, Figueiredo (2001) cita alguns exemplos de casos em que curandeiros e pajés detidos pela Polícia e pela Junta de Higiene conseguiram se libertar pagando uma multa. Estes aparelhos do Estado, portanto, acreditavam que esta era uma das formas de coibir as ações ‘criminosas’ contra a ordem e a saúde pública, por isso, aplicavam sanções punitivas que visavam a coibir possíveis tentativas de aplicação da medicina popular ao público. Conforme o autor, a repressão não foi suficiente para extinguir este tipo de medicina, conforme pode ser percebido logo abaixo:

[...] de um lado, essa atribuída conjuntura não significava que o ofício da pajelança tivesse que permanecer sempre às escondidas, longe da vista de todos [...] é certo, portanto, que os pajés e curandeiros já estavam acostumados a lidar com a repressão policial e, por certa maneira, a manipular, quanto podiam, a própria legislação a seu favor (FIGUEREDO, 2001, p. 278-280).

Mesmo com as medidas restritivas para com os praticantes de medicina popular, as disputas entre médicos, políticos e curandeiros, feiticeros, pajés e rezadeiras estão associadas com a incapacidade dos órgãos públicos e da ciência médica em deter as doenças. O controle das ações e práticas consideradas atrasadas pela concepção modernista às Amazônias e a cidade do Rio de Janeiro, estão associadas aos processos de resistências sociais e culturais das camadas sociais; modernizar as cidades era apenas uma tentativa de reordenação e (re)construção dos espaços, mas introduzir modelos e padrões de comportamento, hábitos e costumes, neste caso a medicina no decorrer de sua trajetória, juntamente como os governos e seus representantes, visou a controlar a sociedade como garantia de “exercício de poder do Estado” sobre a população<sup>18</sup>.

Além das medidas de restrição, proibição do exercício das práticas de outras medicinas, a imprensa foi uns dos instrumentos mais utilizados pela classe médica e pelos políticos na divulgação de discursos contra estes sujeitos sociais. A imprensa carioca em sua grande parte e também as demais emitiam em seus periódicos opiniões de políticos, médicos e alguns leitores a respeito das práticas de cura por parte de médicos e curandeiros, rezadores e feiticeros. De acordo com Sampaio (2001), os jornais da época aderiam a uma espécie de combate aos

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 278-279.

<sup>18</sup> SAMPAIO, 2001, p. 43- 44.

“charlatões”, sujeitos que praticava arte de cura sem uma autorização ou licença para o ofício; por isso, estes sujeitos deviam ser impedidos ou controlados pelo poder público, neste caso as instituições higienistas e políticas.

Utilizando-se dos discursos médicos e de outros grupos influenciados por esses discursos, através de suas interpretações, os autores e os próprios jornais construíam a imagem dos curandeiros e outros agentes de cura, projetando para a sociedade um imaginário que colocava estes especialistas de saúde como sujeitos maus, assustadores e enganadores. Dessa forma, os jornais contribuíram para a formação de opinião que influenciava seus leitores que, por sua vez, passaram a ter aversão dos especialistas que praticavam o ofício de cura. Tomamos como exemplo o periódico *Gazeta de Notícias* (RJ) publicado no dia 10 de setembro de 1889, intitulado como “A feiticeira”, e o jornal *Correio do Norte* (AM) publicado no dia 14 de dezembro de 1909, tendo como título da manchete: “Occutismo em Manaos”. Convém dizer que estes jornais (apesar de serem publicados em cidades e períodos diferentes) constroem uma imagem deturpada e ilusória dos praticantes das artes de cura. Veja os exemplos a seguir:

a) O sino da igreja da freguesia vibrou solene e triste, nas doze lentas pancadas da meia noite. As ruas estavam desertas [...] E os vultos caminhados pausadamente, como conspiradores de uma tragédia, ou de almas de outro mundo. E os vultos caminhavam pausadamente, como conspiradores de uma tragédia, ou como almas de outro mundo. E os vultos cercaram-se de uma casa, obedecendo a um deles, que parecia dar ordens. [...] O que se passava dentro daquela casa? Espiemos [...] lá está a rainha, não a rainha Gínga, afamada africana, mas uma de suas descendentes. É uma rainha de ‘shabat’, uma espécie de bruxa preta, com vistoso penacho de barretina de guarda nacional, tanga de penas de cores variegadas, e missangas que chocalham sobre lustroso peito de ébano. Empunha ela, garbosamente, [...], um centro ornado de fitas de todas as cores, desde o fúnebre preto até mavórtico vermelho. Ao seu lado vê-se uma bandeira do Divino Espírito Santo, que, conjuntamente com a rainha, recebe as adorações de oitenta e seis fanáticos. Esses fiéis da rainha do ‘cangerê’ atiram-se lascivamente às danças mais extravagantes. Saltam, guincham, contorcem-se como epiléticos, e atiram-se de roldão aos pés da rainha [...]. Há ali de tudo: homens, mulheres e crianças. E a rainha, preside majestosa a este ‘pandemonium’, profere palavras cabalísticas e enigmáticas, em língua desconhecida. [...] (*Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1889, n. 253, ano XV, p. 1).

b) [...] Depois que Muncio Teixeira *d sombra das datas primeiras Palmeiras do mangue*, no Rio de Janeiro, deu começo aos seus trabalhos de occultismo, anunciando, tres dias antes, a morte de D. Carlos, a morte de Penna e a história do catafalco com as letras R.B., varios profetas têm aparecido cá neste velho mundo. Em Manaos, por exemplo, conheço diversos. Dentre estes, porem, um se destaca do modo a prender mais a atenção de todas as pessoas pelos trabalhos miraculosos que já tem feito. Esse homem extraordinário, propheta Minhós (...) o feiticeiro (...). Ainda na última sexta feira do mez correte, elle se dirigio ao morte *encantado da antiga fada*, tradicional feiticeira destes arrabaldes levando consigo todos os petrechos symbolicos da solemnidade: uma caveira, uma vela, um coiro de gato (mas devo dizer que não era coiro da sanguinária onça amazonense) e outras trapalhadas congêneres ... (*Correio do Norte*, 14 de dezembro de 1909, ano I, edição 000307, n. 307, p. 1).

No Trecho do periódico A, observa-se que, ao descrever um possível ritual de cura, o jornal utiliza-se, no decorrer da narrativa, de um clima de mistério, o que atrai a atenção e a curiosidade dos leitores, como estratégia para introduzir suas perspectivas em relação ao personagem descrito, neste caso a “Feiticeira”. Outro elemento utilizado são os termos pejorativos na descrição do sujeito e sua atividade, para evidenciar sua postura e opinião, atribuindo características, como, por exemplo: “A Rainha da Ginga”, “Rainha de Shabat”, “Rainha do Cangerê”, “Africana”, “Bruxa preta” e aos seus clientes, são descritos como “Fanáticos”, “epiléticos”, complementando sua exposição com uma carga de desprezo, descrédito e dependendo da narrativa, uma mistificação exagerada por parte do periódico. No exemplo do Periódico B, as narrativas do trecho citado apresentam os mesmos elementos, mas a narrativa desenvolvida pelo jornal apresenta uma descrição do personagem, o Feiticeiro amazonense Minhós, de forma sarcástica, beirando a uma história de humor. Mas o objetivo era o mesmo, introduzir no imaginário social uma ideia distorcida das artes de curar e seus integrantes, abordagem bem destacada por Sampaio (2001), cujo o objetivo almejado pelos grupos hegemônicos era:

[...] eliminar as práticas diferentes, **os concorrentes perigosos e ameaçadores** que não poderiam permanecer como **obstáculo ao sonhando progresso** que se buscava para o país, **nos moldes de nações europeias**. Assim, atacavam-se diferentes práticas, como cultos religiosos, nos quais também aconteciam rituais de cura (SAMPAIO, 2001, p. 87, grifo meu).

Voltando ao exemplo da matéria “A Feiticeira” do periódico *A Gazeta de Notícias*, fica evidenciada uma narrativa bastante agressiva, diferente do “Feiticeiro Minhós”, não ultrapassando do campo de deboche. Por se tratar de uma mulher praticante de uma arte de cura, negra, para o período, seria um perigo iminente, já que a personagem em questão possuía uma “autonomia” por ter um ofício, (como praticante de cura), que deveria ser combatida, pois a personagem contrariava as regras sociais de uma sociedade machista e sexista e, sendo negra, a mesma não poderia frequentar certos espaços pela cor (racismo), e também por ser uma promotora da medicina popular, era vítima constante de seus opositores, a classe médica e a imprensa. Como podemos perceber, “A Feiticeira” era verdadeiramente uma mulher poderosa.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado nesta abordagem, os processos e as transformações que a saúde pública e as artes de curar e seus praticantes enfrentaram, seja nas Amazônias, seja nas demais regiões do país, foram diversas, não impedindo que estas práticas e saberes deixassem de desempenhar um papel importante na contribuição científica na medicina contemporânea e na historiografia da saúde e das doenças.

Desse modo, essas disputas entre a classe médica e os praticantes das artes de curar, através de restrições, códigos de postura, multas, prisões e descrédito por parte das elites tanto política e científica, e uma população desassistida pelo Estado, contribuíram para que diferentes grupos sociais buscassem meios de se sanarem e tratarem não somente as suas moléstias, mas a incapacidade de Estado em suprir as necessidades e demandas da população. Esta última, através de meios considerados legítimos ou não para sua época, buscou formas e modos para suprir as dificuldades de acesso à saúde pública, seja por meio de ervas, plantas medicinais, sessões de cura com curandeiros, pajés e outros terapeutas populares.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos**. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Capítulo III – Dos Crimes contra a Saúde Pública: Art. 156-157. Disponível em: <https://w.w2.camara.leg.br/decreto-847-11-outubro-1890>. Acesso em: 24 mar. 2021.

COELHO, Ricardo Ribeiro. O Universo social das artes de curar no Brasil Colonial. In: **Simpósio Nacional de História – APUH**, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org>. Acesso em: 22 mar. 2021.

DANTAS, Rodrigo Aragão. **As transformações no ofício médico e suas relações com as artes de curar no Rio de Janeiro (1840-1889)**. 6º encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), maio, 2013.

FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Fróes da; EDLER, Flávio Coelho. **A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino**. In: DANTAS, Maria Amélia Mascarenhas (org.), Rio de Janeiro, Editora História, Ciência e Saúde – Manguinhos, 2001.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830 -1840). In: CHALHOUN, Sidney (org.) **Artes e ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

FIGUEREDO, Aldrin Moura. **Anfiteatro da cura: Pajelança na Amazônia no limiar do século XX**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 5(2), p. 313-332, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, Sérgio. **Desnervados, desfibrados e amarelos em busca de cura**: Saúde Pública no Acre Territorial (1904 a 1930). 256p. Tese – doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2014.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento. **Em Busca de cura**: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas entre 1885 e 1925. 208p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2014.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. 306 p. Campinas – São Paulo, Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

## JORNAIS

A Gazeta de Notícias, 10 de setembro de 1889, n. 253, ano XV, p. 1.

Correio do Norte, 14 de dezembro de 1909, ano I, n. 307, p. 1.

O Município, 22 de outubro de 1911, ano II, n. 56, p. 2.

Hair! Or am I?": Black Women's Transformative

Brasileira de Educação, n. 23, p. 75–85, 2003.

*Data de submissão: 02/04/2021*

*Data de aprovação: 09/05/2021*